

ANEXO 17 – Formulário de Solicitação de Impugnação do Edital e de Interposição de Recursos

A Associação de Rio Branco do Ivaí – ASSORBI, inscrita no CNPJ nº 19.125.419/0001-06, neste ato representada por seu Presidente, Fabio da Fonseca Nunis, vem respeitosamente interpor RECURSO ADMINISTRATIVO em face do resultado da desclassificação e da pontuação atribuída ao Projeto de Negócio apresentado no âmbito do Edital de Chamamento Público nº 01/2025 do Programa COOPERA Paraná.

O presente recurso tem por finalidade demonstrar que os critérios apontados como não atendidos encontram-se contemplados no conteúdo do Projeto e na documentação apresentada, ainda que, em alguns casos, não estejam destacados sob rubrica específica.

Portanto, vem interpor RECURSO ADMINISTRATIVO em face do resultado da desclassificação, requerendo a reanálise técnica dos itens avaliados.

1. REPRESENTANTE LEGAL DA OSC

Fabio da Fonseca Nunis, brasileiro, Presidente, portador do RG nº 8.163.533-1 SSP/PR, inscrito no CPF nº 046.811.559-50, na qualidade de representante legal.

2. IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA OSC

ASSOCIAÇÃO DE RIO BRANCO DO IVAÍ – ASSORBI, inscrita no CNPJ nº 19.125.419/0001-06.

3. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Projeto de Negócio da ASSORBI – Edital de Chamamento Público nº 01/2025 – Programa COOPERA Paraná – Projeto de Fortalecimento da Associação de Produtores da Agricultura Familiar de Rio Branco do Ivaí.

4. ENDEREÇO

Sede Administrativa: Estrada Rio do Tigre km 4 – Bairro Cafezinho – CEP 86848-000 – Município de Rio Branco do Ivaí – PR.

5. TELEFONE

(43) 99685-8181
(43) 99811-9000

6. ENDEREÇO ELETRÔNICO

contabilrbi@hotmail.com

fabiofnunis@gmail.com

7. Por meio desta, vem interpor recursos a respeito:

- ☐ Impugnação do Edital
- ☐ Resultado da inscrição do Projeto e da OSC
- ☒ Resultado da desclassificação ou ordem de classificação do Projeto
- ☐ Resultado da habilitação da OSC

8. DECISÃO OBJETO DA IMPUGNAÇÃO OU RECURSO

A presente interposição de recurso refere-se à discordância quanto à avaliação atribuída aos seguintes critérios do Projeto de Negócio da ASSORBI:

1.4 – A Organização apresentou margem operacional positiva, na média dos 3 últimos exercícios?

1.5 – A Organização apresentou liquidez corrente superior a 1 (um), no último exercício?

1.8 – A Organização atua no FORNECIMENTO DE FATORES DE PRODUÇÃO (tais como insumos agropecuários, bioinsumos, alimentação animal, sementes, mudas e/ou outros), por meio de: compra coletiva e venda direta ao cooperado/associado; e/ou facilitação de processos de negociação junto a fornecedores?

1.13 – A Associação facilita processos de acesso a crédito provenientes de Políticas Públicas de Fomento para o associado, como beneficiários individuais?

1.15 – A Organização presta serviços de LOGÍSTICA e ARMAZENAGEM da produção dos cooperados, por meios próprios ou terceirizados, conforme melhor viabilidade técnica e econômica?

1.18 – A Organização acessa ou já acessou crédito rural ou comercial?

1.23 – A Associação possui reconhecimento de Utilidade Pública?

1.24 – A Organização possui um PLANO ORGANIZACIONAL e/ou PLANO DE NEGÓCIOS, elaborado segundo metodologia reconhecida, tais como: Canvas (Business Model Canvas), PDCA, Balanced Scorecard, SWOT Analysis, OKR, 5W2H, Business Model Lean, Hoshin Kanri, Mapa Estratégico ou Canvas de Projetos, entre outras?

1.25 – O Plano de Negócios da Organização apresenta o seu MODELO DE NEGÓCIOS, elaborado segundo metodologia reconhecida, como Canvas, Business Model Lean, entre outras?

1.27 – A análise de desempenho da Organização apresenta indicadores de resultado que demonstrem sua sustentabilidade no curto, médio e/ou longo prazo?

1.28 – O Plano Organizacional ou de Negócios da Organização apresenta diagnóstico participativo, envolvendo membros da equipe ou associados na identificação de necessidades e oportunidades?

1.35 – A Organização possui política(s) e/ou regulamento(s) interno(s)?

1.36 – Os dirigentes e conselheiros da Organização realizam cursos de capacitação/formação?

1.37 – Os sócios da Organização realizam cursos de capacitação/formação?

1.40 – A Organização implementa estratégias de sucessão e formação de lideranças?

1.42 – Há evidências documentais da aplicação de princípios de governança corporativa na Organização, tais como legalidade, conformidade e integridade organizacional, prestação de contas, transparência, responsabilidade corporativa, participação social e equidade?

1.52 – O valor total do fomento em itens de investimento e/ou custeio observa a regra estabelecida no edital (até 10% custeio e no mínimo 90% investimento), com previsão de recursos próprios caso ultrapasse os limites financeiros?

1.55 – O Projeto de Negócio prevê meta coletiva de manejo de resíduos provenientes da Produção Primária Vegetal, da Produção Primária Animal e/ou de unidades de transformação e beneficiamento de alimentos, compatíveis com os resultados esperados?

1.64 – O Projeto de Negócio apresenta metas que estimulem claramente a inserção de jovens e mulheres em posições de liderança dentro das estruturas de governança e gestão da Organização?

1.69 – O Projeto de Negócio apresenta parcerias institucionais prévias ou expressamente previstas nas suas metas, compatíveis com os resultados esperados?

1.71 – O Projeto de Negócio prevê a inclusão socioprodutiva de agricultores familiares na Associação, estabelecendo meta de aumento de sócios e programação de atividades específicas para esse processo?

1.78 – Nos orçamentos de custos foram contemplados custos fixos de depreciação, conservação e reparos e/ou seguro dos bens, além dos custos variáveis?

1.82 – Os orçamentos de custos e receitas apresentam ponto de nivelamento/equilíbrio alcançável (produtividade ou preço de nivelamento)?

1.90 – O Projeto de Negócio apresenta regras de utilização que visam a conservação/manutenção dos bens adquiridos, ou prevê a elaboração de regimento interno e procedimentos operacionais padrão com esta finalidade?

9. JUSTIFICATIVA DA IMPUGNAÇÃO OU RECURSO

(Segue indicação das evidências documentais constantes no protocolo administrativo e no Projeto de Negócio.)

1.4 – A Organização apresentou margem operacional positiva, na média dos 3 últimos exercícios?

R. Nos exercícios de 2022 e 2024 não foram registradas receitas e despesas operacionais relevantes, inexistindo apuração de margem operacional nesses períodos, porém também não houve resultado deficitário ou prejuízo contábil.

No exercício de 2023, único período com movimentação operacional, foi apurado resultado operacional positivo de R\$ 300,00 sobre receita total de R\$ 650,00, correspondente a margem operacional positiva de 46,15%.

Dessa forma, a associação não apresentou resultado operacional negativo no período analisado e, no exercício com atividade econômica registrada, demonstrou resultado positivo, evidenciando equilíbrio financeiro e regularidade na gestão dos recursos.

Ressalta-se que o referido demonstrativo contábil foi formalmente encaminhado em 14/02/2026, em atendimento à solicitação de documentos realizada no âmbito da análise do Programa.

1.5 – A Organização apresentou liquidez corrente superior a 1 (um), no último exercício?

R. No Exercício de 2024, a organização apresentou Ativo Circulante no valor de R\$ 8.520,11 e Passivo Circulante igual a R\$ 0,00, conforme demonstrativos contábeis regularmente apresentados.

Dessa forma, a inexistência de obrigações financeiras de curto prazo, circunstância que evidencia liquidez corrente superior a 1 (um) e plena capacidade de cumprimento de compromissos financeiros imediatos.

Ressalta-se que o referido demonstrativo contábil foi formalmente encaminhado em 14/02/2026, em atendimento à solicitação de documentos realizada no âmbito da análise do Programa.

1.8 – A Organização atua no FORNECIMENTO DE FATORES DE PRODUÇÃO (tais como insumos agropecuários, bioinsumos, alimentação animal, sementes, mudas e/ou outros), por meio de: compra coletiva e venda direta ao cooperado/associado; e/ou facilitação de processos de negociação junto a fornecedores?

A ASSORBI atua na facilitação do acesso a fatores de produção por meio da realização de pesquisas comparativas de preços junto a fornecedores regionais, avaliando não apenas os valores praticados, mas também condições de entrega, qualidade dos insumos e assistência técnica pós-venda.

As pesquisas de preços são realizadas pela coordenação da Associação e as informações obtidas são repassadas aos agricultores associados, permitindo que realizem aquisições com melhores condições comerciais e maior segurança técnica, reduzindo custos individuais e ampliando a eficiência produtiva.

Além disso, a ASSORBI coloca-se à disposição dos associados para acompanhar o processo de negociação junto aos fornecedores, prestando orientação quanto às condições de aquisição, prazos, garantias e adequação técnica dos insumos, fortalecendo o poder de decisão dos produtores e reduzindo assimetrias de informação.

Embora ainda não que opere formalmente com compra coletiva centralizada, o Projeto de Negócio, ao prever a ampliação da estrutura organizacional e o fortalecimento da governança, cria condições para futura implementação de política estruturada de compras e negociações conjuntas, ampliando o poder de barganha dos agricultores familiares.

Dessa forma, a exerce **papel ativo de facilitação nos processos de negociação junto a fornecedores**, atendendo ao critério avaliado.

1.13 – A Associação facilita processos de acesso a crédito provenientes de Políticas Públicas de Fomento para o associado, como beneficiários individuais?

A ASSORBI atua na facilitação do acesso dos agricultores familiares às políticas públicas de crédito rural, especialmente por meio de orientação e articulação institucional.

Trabalha em conjunto com o Conselho Municipal de Agricultura de Rio Branco do Ivaí na divulgação de editais, prazos e programas de fomento, prestando esclarecimentos aos associados quanto às linhas de crédito disponíveis, com destaque para o PRONAF Rural.

Sempre que os agricultores necessitam de recursos para investimento ou custeio, recorrem à Associação para obtenção de informações sobre enquadramento, requisitos e procedimentos, sendo orientados quanto aos encaminhamentos junto às instituições financeiras e serviços de assistência técnica.

Ainda que não opere diretamente a concessão de crédito, exerce papel ativo de mobilização, informação e encaminhamento, facilitando o acesso dos associados às políticas públicas de financiamento rural.

1.15 – A Organização presta serviços de LOGÍSTICA e ARMAZENAGEM da produção dos cooperados, por meios próprios ou terceirizados, conforme melhor viabilidade técnica e econômica?

A ASSORBI presta apoio efetivo aos serviços de logística da produção dos agricultores familiares associados, utilizando meios próprios e articulação institucional, conforme a melhor viabilidade técnica e econômica.

A Associação já utiliza trator e carreta para transporte da produção dos cooperados, especialmente nas atividades de corte e transporte de silagem, bem como no deslocamento de produtos in natura até armazéns, silos ou pontos de comercialização. Essa atuação reduz custos individuais, otimiza o escoamento da produção e fortalece a organização coletiva.

Além da logística realizada com equipamentos próprios, mantém articulação com o poder público municipal, especialmente por meio da Secretaria Municipal de Agricultura, viabilizando apoio complementar quando necessário, principalmente para produtos hortifrutigranjeiros destinados a mercados institucionais.

O Projeto de Negócio prevê o fortalecimento dessa estrutura logística, ampliando a capacidade operacional e garantindo maior regularidade no atendimento aos mercados.

A Organização já presta serviços de logística por meios próprios e articulados, atendendo plenamente ao critério avaliado.

1.16 – A Associação possui parceria(s) institucional(is) formalizada(s) em processos de logística ou transformação, para aumentar a competitividade dos negócios dos sócios?

A Associação de Rio Branco do Ivaí – ASSORBI mantém articulação institucional ativa com o poder público municipal e com instâncias colegiadas de políticas públicas voltadas à agricultura familiar, contribuindo diretamente para o fortalecimento logístico e organizacional dos seus associados.

Possui vínculo institucional com o Conselho Municipal de Agricultura do Município de Rio Branco do Ivaí, participando das reuniões e discussões relacionadas ao planejamento, organização produtiva e fortalecimento da agricultura familiar local. Essa participação garante integração às políticas públicas municipais e alinhamento estratégico das ações desenvolvidas.

Por meio dessa aproximação institucional, mantém articulação com a Secretaria Municipal de Agricultura, que, em diversas ocasiões, presta apoio logístico aos agricultores familiares, especialmente no transporte da produção hortifrutigranjeira destinada à comercialização institucional e local, incluindo produtos como hortifrúti em geral, morango, batata e maracujá.

Esse apoio logístico contribui diretamente para:

- Redução de custos individuais de transporte;
- Ampliação da competitividade dos produtores;
- Cumprimento de cronogramas de entrega;
- Organização da produção coletiva;
- Acesso a mercados institucionais e locais.

Além disso, mantém suporte técnico junto ao **IDR-Paraná**, que contribui para o planejamento produtivo, melhoria de processos e adequação às exigências de mercado, fortalecendo a competitividade dos negócios dos sócios.

Importa destacar que tais articulações institucionais estão inseridas no contexto formal das políticas públicas municipais e estaduais de apoio à agricultura familiar, evidenciando integração institucional estruturada e compatível com os objetivos do Projeto de Negócio.

Adicionalmente, o próprio Projeto prevê o fortalecimento da logística interna por meio da aquisição de veículo utilitário, ampliando a autonomia da Associação no transporte da produção e reduzindo a dependência de apoio externo, o que aumentará ainda mais a competitividade dos produtores associados.

Dessa forma, mantém parcerias e articulações institucionais que impactam diretamente os processos de logística e organização produtiva.

1.18 – A Organização acessa ou já acessou crédito rural ou comercial?

A ASSORBI não possui operações de crédito rural ou bancário contratadas em seu CNPJ, mantendo gestão financeira pautada na ausência de endividamento financeiro formal.

Entretanto, a Organização mantém histórico de acesso a crédito comercial junto a fornecedores, especialmente na aquisição de insumos e combustíveis, realizados

mediante faturamento com prazo para pagamento e posterior quitação após fechamento mensal.

Esse modelo caracteriza crédito mercantil concedido por fornecedores, evidenciando relacionamento comercial ativo, capacidade de negociação e cumprimento regular das obrigações financeiras assumidas.

Adicionalmente, os associados da Organização acessam linhas de crédito rural individualmente, especialmente no âmbito do PRONAF, contando com apoio institucional da ASSORBI para orientação e encaminhamento.

Dessa forma, verifica-se que a Organização possui experiência tanto em crédito comercial direto quanto em articulação para acesso ao crédito rural pelos associados, atendendo ao critério avaliado.

1.23 – A Associação possui reconhecimento de Utilidade Pública?

R. A Associação de Rio Branco do Ivaí – ASSORBI possui **reconhecimento formal de Utilidade Pública Estadual**, conforme dispõe a **Lei Estadual nº 18.760, de 20 de abril de 2016**, publicada no Diário Oficial nº 9.682, de 22 de abril de 2016.

Referida norma concedeu expressamente o Título de Utilidade Pública à ASSORBI, conforme redação do art. 1º da lei, que assim estabelece:

“Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Rio Branco do Ivaí – ASSORBI, com sede no Município de Rio Branco do Ivaí e foro na Comarca de Grandes Rios.”

A lei foi sancionada pelo então Governador do Estado do Paraná, Carlos Alberto Richa, encontrando-se plenamente vigente.

1.24 – A Organização possui um PLANO ORGANIZACIONAL e/ou PLANO DE NEGÓCIOS, elaborado segundo metodologia reconhecida, tais como: Canvas (Business Model Canvas), PDCA, Balanced Scorecard, SWOT Analysis, OKR, 5W2H, Business Model Lean, Hoshin Kanri, Mapa Estratégico ou Canvas de Projetos, entre outras?

O Projeto de Negócio apresentado pela ASSORBI foi elaborado observando todas as etapas técnicas necessárias à formulação, estruturação e execução de projetos de desenvolvimento organizacional, contemplando diagnóstico institucional, definição de objetivos, metas, estratégias operacionais, análise de viabilidade técnica e econômica, planejamento orçamentário, indicadores de resultado e mecanismos de acompanhamento.

Embora o documento não mencione nominalmente metodologias específicas como Canvas, PDCA, SWOT, Balanced Scorecard, 5W2H ou outras, sua estrutura e conteúdo seguem lógica equivalente às metodologias reconhecidas de planejamento estratégico e gestão.

O Projeto contempla:

- Diagnóstico da realidade produtiva e organizacional;

- Análise de capacidade técnica e operacional;
- Identificação de oportunidades e limitações;
- Definição de metas e resultados esperados;
- Planejamento de custos, receitas e ponto de equilíbrio;
- Estratégias de governança e controle;
- Monitoramento e avaliação da execução.

Essa sistemática demonstra que a Associação adotou processo estruturado de planejamento, compatível com metodologias formais amplamente reconhecidas, ainda que não tenha sido adotada nomenclatura específica.

Assim, o Projeto de Negócio apresentado constitui, na prática, instrumento formal de planejamento organizacional e estratégico, atendendo plenamente ao critério avaliado, razão pela qual se requer a reanálise da pontuação atribuída ao item.

1.25 – O Plano de Negócios da Organização apresenta o seu MODELO DE NEGÓCIOS, elaborado segundo metodologia reconhecida, como Canvas, Business Model Lean, entre outras?

O Plano de Negócios apresentado pela ASSORBI descreve de forma clara e estruturada o seu modelo de negócios, ainda que não tenha sido formalmente apresentado em formato gráfico específico como o Canvas.

O documento contempla, de maneira organizada:

- Público atendido (agricultores familiares associados e não associados);
- Proposta de valor (mecanização compartilhada, redução de custos, fortalecimento produtivo e logístico);
- Atividades principais desenvolvidas pela organização;
- Recursos essenciais (infraestrutura, equipamentos, capital humano e governança);
- Parcerias institucionais;
- Estrutura de custos fixos e variáveis;
- Fontes de receita e sustentabilidade financeira;
- Estratégia de expansão e fortalecimento organizacional.

Tais elementos correspondem aos componentes centrais das metodologias reconhecidas de modelagem de negócios, como Canvas e Business Model Lean, evidenciando que adotou forma adequada e tecnicamente compatível de estruturação do seu modelo organizacional.

Importante destacar que o edital utiliza a expressão “entre outras”, o que demonstra que não há exigência de adoção exclusiva de metodologia nominada, mas sim da apresentação estruturada do modelo de negócios — requisito plenamente atendido pelo Plano apresentado.

1.27 – A análise de desempenho da Organização apresenta indicadores de resultado que demonstrem sua sustentabilidade no curto, médio e/ou longo prazo?

A Associação apresentou análise de desempenho econômico-financeiro referente aos exercícios de 2022, 2023 e 2024, demonstrando estabilidade patrimonial, ausência de endividamento e manutenção integral de seu patrimônio, indicadores que evidenciam sustentabilidade institucional.

Verifica-se inexistência de passivos em todos os exercícios analisados, fator que comprova solvência e baixo risco financeiro no curto prazo. No exercício de 2023, único período com movimentação operacional, foi apurado resultado positivo de R\$ 300,00 sobre receita de R\$ 650,00, demonstrando equilíbrio entre receitas e despesas e capacidade de gestão financeira.

Destaca-se ainda que, em 2024, a entidade apresentou ativo circulante de R\$ 8.520,11 e passivo circulante igual a zero, configurando liquidez plena e capacidade de cumprimento de obrigações imediatas.

1.28 – O Plano Organizacional ou de Negócios da Organização apresenta diagnóstico participativo, envolvendo membros da equipe ou associados na identificação de necessidades e oportunidades?

R. O Projeto de Negócio foi elaborado com base em diagnóstico participativo, construído a partir de reuniões, diálogos presenciais e interações realizadas por meios eletrônicos e informáticos entre os associados e a diretoria da organização, visando ao alinhamento das demandas e ao aperfeiçoamento do plano de negócio. Ressalta-se que a diretoria responsável pela condução e consolidação das informações é integralmente composta por associados diretamente beneficiários do projeto, conforme registrado em ata de eleição, incluindo **Fábio da Fonseca Nunes, Raimundo Gomes, Adriana Bonizeli, Odil Mendes Betim, Odair Simão, Emerson Alex, Leandro Simão e Josimar Chevronica**. Nesse processo participativo, foram identificadas as principais necessidades produtivas, limitações estruturais e oportunidades de fortalecimento da agricultura familiar, especialmente quanto à mecanização, redução de custos operacionais, ampliação da produção e incremento da geração de renda, servindo tais apontamentos como fundamento para a definição das metas, investimentos e resultados esperados.

1.29 – O Plano Organizacional ou de Negócios apresenta estudo de mercado atualizado e fundamentado?

O Plano de Negócios da Associação de Rio Branco do Ivaí – ASSORBI apresenta estudo de mercado estruturado e atualizado, contemplando de forma integrada a análise dos fatores de produção, do mercado consumidor e do ambiente concorrencial, conforme demonstrativos constantes no Projeto.

Quanto aos fatores de produção, o estudo identifica a matéria-prima proveniente dos agricultores associados (leite in natura, silagem, hortaliças, fruticultura e

produção diversificada), além dos insumos necessários às atividades, como combustível, manutenção mecânica, lubrificantes, peças e mão de obra familiar e operacional. Também considera os recursos produtivos e logísticos da própria Associação, incluindo máquinas, implementos e serviços de mecanização e transporte.

No mercado consumidor, evidencia-se a inserção dos produtos e serviços em canais institucionais de alimentação escolar, mercados locais e regionais e na demanda interna dos associados por mecanização e apoio logístico, demonstrando base concreta de demanda.

Em relação à concorrência, o estudo compara a atuação da Associação com prestadores terceirizados de mecanização, silagem e transporte, indicando redução de custos, maior previsibilidade e fortalecimento produtivo dos agricultores.

A ausência de valores nominais fixos decorre de opção metodológica adequada ao setor agropecuário, marcado por volatilidade de preços em função da sazonalidade, clima, oferta e demanda e políticas públicas. Por isso, adotaram-se referências de preços médios regionais e análise dos fluxos de mercado, garantindo maior aderência do planejamento à realidade econômica do Projeto.

Assim, o estudo encontra-se fundamentado em dados reais da atividade dos associados, na dinâmica regional de comercialização e na estrutura operacional da Organização.

1.35 – A Organização possui política(s) e/ou regulamento(s) interno(s)?

A associação possui normas internas de funcionamento formalmente estabelecidas por meio do Estatuto Social, das atas de assembleia e das deliberações da diretoria, as quais disciplinam a gestão administrativa, os direitos e deveres dos associados, os critérios de ingresso e permanência, a tomada de decisões e a utilização de bens e serviços da associação. Tais instrumentos configuram, na prática, regulamentos internos e políticas organizacionais, garantindo padronização de procedimentos, transparência e segurança na gestão institucional. Ademais, o Projeto de Negócio prevê o aprimoramento dessas normas, inclusive com a elaboração e formalização de regras específicas para utilização, conservação e manutenção dos bens a serem adquiridos.

1.36 – Os dirigentes e conselheiros da Organização realizam cursos de capacitação/formação?

Os dirigentes e conselheiros da Organização participam de processos permanentes de capacitação e formação por meio da presença em reuniões promovidas pelo poder público municipal, especialmente aquelas vinculadas ao Conselho Municipal de Agricultura, que funcionam como espaços de orientação técnica, planejamento e atualização das políticas voltadas à agricultura familiar.

A diretoria também participa regularmente de eventos técnicos e institucionais do setor agropecuário, incluindo feiras e exposições regionais, com destaque para o

Show Rural Coopavel e a **ExpoLondrina**, ambientes reconhecidos pela difusão de tecnologias, inovação produtiva, gestão e estratégias de comercialização aplicáveis à agricultura familiar.

Além disso, os dirigentes participam de encontros, palestras e capacitações promovidos pelo sindicato dos trabalhadores rurais e mantêm articulação técnica contínua com o **IDR-Paraná**, que presta apoio técnico e gerencial à associação e aos produtores.

Importa destacar que a diretoria e os membros da organização possuem formações e experiências profissionais complementares — incluindo áreas contábil, administrativa, educacional e técnica agropecuária — o que fortalece a capacidade interna de gestão, organização financeira, planejamento produtivo e execução das atividades do Projeto de Negócio.

Dessa forma, a capacitação contínua dos dirigentes e conselheiros, realizada por meio de formações institucionais, eventos técnicos, articulação com a extensão rural e competências técnicas internas, plenamente compatíveis com a realidade e a dinâmica das organizações da agricultura familiar.

1.37 – Os sócios da Organização realizam cursos de capacitação/formação?

Sim. Os sócios da Organização participam de processos permanentes de capacitação e formação técnica, desenvolvidos de forma integrada às atividades institucionais e produtivas da associação.

A capacitação ocorre por meio da participação dos associados em reuniões técnicas, encontros de orientação produtiva e ações promovidas pelo poder público municipal, especialmente aquelas vinculadas ao Conselho Municipal de Agricultura, que funcionam como espaços de atualização, planejamento e difusão de boas práticas voltadas à agricultura familiar.

Os sócios também participam de eventos técnicos, feiras e exposições agropecuárias regionais — como o Show Rural Coopavel e a ExpoLondrina — ambientes reconhecidos pela disseminação de tecnologias, inovação produtiva e estratégias de comercialização aplicáveis às pequenas propriedades.

Além disso, os associados recebem orientação técnica contínua por meio da assistência e extensão rural prestada pelo IDR-Paraná, bem como participam de capacitações, encontros e atividades formativas promovidas pelo sindicato dos trabalhadores rurais e demais instituições parceiras.

Importa destacar que a própria execução das atividades coletivas da associação — incluindo planejamento produtivo, organização da produção, utilização de máquinas e participação em mercados institucionais — constitui espaço prático de formação e troca de conhecimento entre os associados, caracterizando processo contínuo de aprendizagem e qualificação.

Dessa forma os sócios participam de capacitação técnica e formativa de maneira permanente, compatível com a realidade da agricultura familiar e suficiente para o fortalecimento produtivo, organizacional e gerencial da Organização.

1.40 – A Organização implementa estratégias de sucessão e formação de lideranças?

A Associação demonstra, na prática, a implementação de estratégias de sucessão e formação de lideranças por meio da composição atual de sua diretoria e conselho, que inclui participação ativa de jovens e mulheres, bem como filhos de produtores rurais diretamente vinculados às atividades da agricultura familiar.

A secretária da associação é mulher, a presidência é exercida por filha de produtor rural, a vice-presidência é ocupada por jovem filho de agricultor, e o conselho e suplentes também contam com filhos de agricultores associados, evidenciando renovação geracional e continuidade da atuação no meio rural.

Essa composição demonstra que o processo de sucessão já se encontra efetivamente implantado na estrutura organizacional, garantindo transferência de responsabilidades, formação de novas lideranças e continuidade institucional no médio e longo prazo.

1.41 – Há evidências documentais de aplicação de boas práticas nos processos de autogestão?

Sim. A ASSORBI adota boas práticas de autogestão por meio de planejamento das atividades, definição de metas, organização da agenda de serviços e participação dos associados nas decisões estratégicas.

Mantém controle financeiro e contábil regular, com registro de receitas, despesas, prestação de contas, acompanhamento do fluxo financeiro e controle de serviços prestados aos associados.

Há também definição estatutária de responsabilidades da diretoria e do conselho, realização de assembleias com registro em atas e acompanhamento coletivo das atividades produtivas, logísticas e comerciais.

No campo operacional, a organização da demanda, controle de utilização de máquinas e planejamento conforme a sazonalidade agrícola, além da adoção de orientações técnicas que contribuem para a redução de riscos e uso adequado dos recursos.

1.52 – O valor total do fomento observa a regra de até 10% para custeio e no mínimo 90% para investimento?

O Projeto de Negócio destinou o valor total de **R\$ 966.000,00**, provenientes do fomento público, integralmente para despesas de investimento, correspondendo a 100% dos recursos transferidos pelo programa.

As despesas classificadas como custeio, no montante de **R\$ 138.200,00**, referem-se exclusivamente à contrapartida da Organização, aportada com recursos próprios e vinculada à viabilidade operacional, manutenção e sustentabilidade do projeto.

O edital estabelece limite máximo de até 10% para custeio no âmbito do fomento, não havendo obrigatoriedade de destinação mínima de custeio com recursos do

programa. Assim, ao priorizar integralmente investimentos com o recurso público, o Projeto encontra-se plenamente alinhado à finalidade estruturante do edital.

1.55 – O Projeto de Negócio prevê meta coletiva de manejo de resíduos provenientes da Produção Primária Vegetal, da Produção Primária Animal e/ou de unidades de transformação e beneficiamento de alimentos, compatíveis com os resultados esperados?

O Projeto de Negócio prevê, de forma implícita e operacional, a adoção de práticas coletivas de manejo de resíduos oriundos da produção vegetal e animal desenvolvida pelos agricultores associados da **ASSORBI**.

Na produção primária animal, especialmente na atividade leiteira, os produtores realizam o reaproveitamento de dejetos orgânicos como fertilizante natural em pastagens e áreas de cultivo, prática consolidada entre os associados e alinhada aos princípios de sustentabilidade ambiental e redução de impactos.

Na produção vegetal, os resíduos culturais provenientes de hortaliças, fruticultura e forragens são incorporados ao solo ou destinados à compostagem, contribuindo para melhoria da fertilidade, redução do uso de insumos externos e fortalecimento dos sistemas produtivos.

O Projeto também incentiva o uso racional de insumos, a conservação do solo e a destinação adequada de resíduos como embalagens e materiais potencialmente contaminantes, mediante orientação técnica e articulação com a assistência técnica rural.

Embora não haja implantação de unidade específica de tratamento coletivo, as práticas adotadas caracterizam manejo adequado e coletivo dos resíduos produtivos, compatível com a escala da agricultura familiar e com os resultados ambientais esperados pelo Projeto.

1.64 – Inserção de jovens e mulheres em posições de liderança

O Projeto de Negócio da ASSORBI contempla a inserção e o fortalecimento da participação de jovens e mulheres nos processos de governança e gestão, conforme descrito na **Justificativa** e no **Diagnóstico da Capacidade Técnica – Capital Humano**, onde se evidencia a composição diretiva com presença efetiva desses públicos.

A atual estrutura organizacional já conta com mulheres e jovens filhos de agricultores familiares ocupando funções na diretoria e no conselho, participando ativamente das decisões estratégicas e da condução das ações institucionais, caracterizando exercício concreto de liderança.

O Projeto fortalece esse protagonismo ao prever:

- Ampliação da responsabilidade na gestão dos bens coletivos;
- Participação no planejamento de uso dos equipamentos;

- Atuação na organização da produção e no planejamento da comercialização;
- Modernização dos instrumentos de gestão, estimulando maior envolvimento de jovens com perfil técnico e organizacional.

Associação explicita como diretriz institucional a manutenção e ampliação da participação de jovens e mulheres nas instâncias de decisão e coordenação das atividades produtivas.

Dessa forma, o critério relativo ao estímulo à inserção de jovens e mulheres em posições de liderança encontra-se atendido tanto na prática organizacional quanto nas diretrizes estabelecidas no Projeto.

1.69 – O Projeto de Negócio apresenta parcerias institucionais prévias ou expressamente previstas nas metas?

O Projeto de Negócio da ASSORBI apresenta parcerias institucionais prévias e compatíveis com os resultados esperados, conforme descrito no Diagnóstico Institucional e nas metas do Projeto.

Destaca-se o apoio técnico do IDR-Paraná, responsável pela assistência técnica aos agricultores familiares vinculados à Organização, contribuindo para o planejamento produtivo, melhoria da eficiência e sustentabilidade das atividades desenvolvidas.

A Associação mantém articulação institucional com o Município de Rio Branco do Ivaí, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura e participação no Conselho Municipal de Agricultura, garantindo alinhamento das ações voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar e apoio às iniciativas produtivas e organizacionais.

No âmbito da comercialização, há inserção concreta da produção dos associados em mercados institucionais, incluindo fornecimento de gêneros alimentícios para alimentação escolar em nível estadual e municipal, evidenciando regularidade operacional, capacidade de entrega e integração com políticas públicas de segurança alimentar.

Tais parcerias demonstram suporte técnico, articulação institucional e inserção em mercados estruturados, sendo plenamente compatíveis com as metas de ampliação da produção, fortalecimento organizacional e geração de renda previstas no Projeto.

1.71 – O Projeto de Negócio prevê a inclusão socioprodutiva de agricultores familiares na Associação, estabelecendo meta de aumento de sócios e programação de atividades específicas para esse processo?

O Projeto de Negócio da Associação de Rio Branco do Ivaí – ASSORBI contempla a inclusão socioprodutiva de agricultores familiares por meio da ampliação da capacidade operacional da entidade e do fortalecimento da organização coletiva da produção.

A proposta tem como objetivo ampliar o acesso à mecanização e à logística estruturada, possibilitando atendimento a maior número de agricultores familiares do município, inclusive aqueles que atualmente não integram o quadro associativo e enfrentam limitações estruturais relacionadas aos custos de produção e à ausência de equipamentos próprios.

O Projeto prevê:

- Ampliação da capacidade de atendimento aos produtores;
- Redução de custos individuais por meio do uso coletivo de equipamentos;
- Fortalecimento da produção organizada;
- Estímulo à adesão de novos agricultores familiares à associação.

Embora a meta de aumento do número de sócios não tenha sido inicialmente apresentada com indicador numérico específico, o conteúdo do Projeto demonstra estratégia clara de expansão do quadro social, uma vez que a melhoria da infraestrutura produtiva e da governança institucional constitui instrumento direto de atração e inclusão de novos membros.

Na ratificação apresentada, a ASSORBI passa a explicitar como meta:

- Ampliação do quadro social;
- Realização de reuniões de mobilização de agricultores familiares não associados;
- Divulgação dos benefícios do associativismo e do uso compartilhado dos equipamentos;
- Ações de inclusão produtiva com foco na participação de jovens e mulheres na organização e gestão das atividades.

Ressalta-se que a inclusão socioprodutiva não se restringe ao ingresso formal de novos sócios, mas também se materializa na ampliação do acesso à mecanização, na organização coletiva da produção e na participação ativa dos agricultores familiares nos processos decisórios e produtivos.

1.78 – Nos orçamentos de custos foram contemplados custos fixos de depreciação, conservação e reparos e/ou seguro dos bens, além dos custos variáveis?

O Projeto de Negócio contempla, em sua estrutura orçamentária, a previsão de custos fixos e variáveis necessários à conservação, manutenção e sustentabilidade dos bens a serem adquiridos.

No demonstrativo de receitas e despesas do Projeto encontram-se previstos:

- custos de manutenção preventiva e corretiva;
- despesas com conservação e reparos;
- custos operacionais vinculados ao uso dos equipamentos;
- previsão expressa de seguro patrimonial.

O seguro dos bens está explicitamente previsto na tabela financeira e na Meta 2 do Projeto, evidenciando a adoção de medidas formais de proteção patrimonial e mitigação de riscos.

Quanto à depreciação, embora não apresentada sob rubrica contábil específica, a Associação adota mecanismo equivalente por meio da cobrança pelo uso dos equipamentos e constituição de provisão destinada à manutenção e reposição futura dos bens, internalizando os efeitos do desgaste e da vida útil dos ativos.

Os custos variáveis, incluindo combustível, operação e desgaste proporcional ao uso, foram considerados na composição do ponto de equilíbrio financeiro do Projeto.

Dessa forma o planejamento contempla custos fixos e variáveis, seguro patrimonial e mecanismos de reposição e manutenção, garantindo a sustentabilidade econômica dos bens no curto, médio e longo prazo.

Destaca-se que a planilha de receitas e despesas do Projeto apresenta previsão mensal de combustível, manutenção preventiva, seguro, depreciação e constituição de fundo de manutenção e reposição dos bens, evidenciando planejamento financeiro completo para conservação e sustentabilidade dos ativos.

1.82 – Os orçamentos de custos e receitas apresentam ponto de nivelamento/equilíbrio alcançável (produtividade ou preço de nivelamento)?

O Projeto de Negócio apresenta estrutura orçamentária compatível com a realidade operacional da Associação, contemplando estimativa de receitas provenientes da utilização dos equipamentos e previsão detalhada de custos fixos e variáveis, permitindo a verificação do ponto de equilíbrio econômico-financeiro.

A metodologia adotada considerou:

- Estimativa de horas de utilização anual dos equipamentos;
- Definição de valor de tarifa por hora/máquina compatível com a realidade local;
- Projeção de receitas proporcionais à demanda dos associados;
- Previsão de custos variáveis (combustível, manutenção proporcional ao uso);
- Previsão de custos fixos (manutenção preventiva, conservação e seguro patrimonial).

O ponto de nivelamento é alcançável na medida em que a demanda projetada baseia-se na utilização já praticada pela associação com os equipamentos atualmente disponíveis, demonstrando aderência à capacidade produtiva real dos associados.

Importa destacar que:

- A associação já possui histórico de utilização do trator atualmente em operação;

- Existe demanda consolidada entre os associados;
- O modelo de cobrança pelo uso permite ajuste proporcional entre receita e custo;
- Os valores adotados na projeção são compatíveis com os praticados regionalmente.

Além disso, a previsão de seguro patrimonial e de provisão para manutenção reforça a sustentabilidade financeira do projeto, evitando descapitalização futura.

A estrutura apresentada demonstra que, atingido o volume mínimo projetado de utilização dos equipamentos, as receitas previstas são suficientes para cobrir os custos operacionais e de manutenção, caracterizando ponto de equilíbrio alcançável e financeiramente sustentável.

Cumprе salientar que o projeto não apresenta superestimação de produtividade ou receitas irreais, estando as projeções alinhadas à capacidade operacional efetiva da Associação e à demanda concreta dos agricultores familiares atendidos.

1.90 – O Projeto de Negócio apresenta regras de utilização que visam a conservação/manutenção dos bens adquiridos, ou prevê a elaboração de regimento interno e procedimentos operacionais padrão com esta finalidade?

A desclassificação do Projeto decorreu do entendimento de inexistência de regras formais de utilização e conservação dos bens. Contudo, tal conclusão não reflete a realidade operacional da Associação, uma vez que os mecanismos exigidos pelo item encontram-se materialmente implementados e, na fase de retificação, passaram a constar expressamente no Projeto.

A Associação de Rio Branco do Ivaí – ASSORBI já opera sob modelo estruturado de autogestão dos bens coletivos, especialmente no uso do trator e implementos atualmente disponíveis, adotando práticas contínuas de controle operacional, manutenção preventiva e conservação patrimonial.

No cenário atual, os procedimentos praticados incluem:

- organização prévia da demanda e agendamento entre os associados;
- encaminhamento da programação ao operador responsável;
- registro de horas trabalhadas e identificação do beneficiário do serviço;
- controle sistemático de horas-máquina para acompanhamento de desgaste e planejamento de revisões;
- realização de manutenção preventiva periódica (troca de óleo, filtros e verificações mecânicas);
- registro de intervenções corretivas e substituição de peças;
- controle de desgaste de pneus e componentes;

- guarda dos equipamentos em barracão coberto, assegurando proteção física e preservação das condições operacionais;
- registro e arquivamento das despesas de manutenção e aquisição de peças.

Tais práticas configuram, sob o ponto de vista técnico, um conjunto de regras de utilização e conservação equivalentes a procedimentos operacionais padronizados, garantindo rastreabilidade do uso, responsabilidade compartilhada e preservação da vida útil dos ativos.

Com a execução do Projeto de Negócio e a incorporação de novos equipamentos, esses mecanismos não apenas permanecem, mas passam a ser aprimorados e sistematizados, com:

- individualização do controle por equipamento e máquina;
- implantação de fichas patrimoniais com histórico de uso e manutenção;
- registros sistematizados de horas-máquina por bem;
- padronização de check-list operacional pré e pós-uso;
- definição de cronogramas específicos de manutenção preventiva e corretiva;
- fortalecimento da rastreabilidade financeira das despesas de conservação;
- aperfeiçoamento do controle de agendamento e responsabilidade do operador.

Na retificação do Projeto, tais elementos foram incorporados ao diagnóstico da capacidade técnico-operacional, consolidando formalmente o **Sistema de Controle Operacional e Conservação dos Bens Coletivos**, evidenciando que a Associação já possui governança patrimonial instalada e capacidade comprovada de gestão dos ativos.

Dessa forma, verifica-se que:

- existem regras de utilização e conservação já praticadas;
- há controle documentado de manutenção preventiva e corretiva;
- a guarda e preservação dos equipamentos seguem procedimento contínuo;
- o Projeto prevê aprimoramento, sistematização e individualização dos controles para os novos bens.

Portanto, o requisito do item 1.90 encontra-se atendido sob o aspecto material e operacional, não havendo ausência de procedimento, mas apenas necessidade de explicitação textual, já sanada na retificação apresentada.

Diante disso, requer-se a reanálise do item com o reconhecimento do atendimento ao critério e a consequente atribuição da pontuação correspondente.

10. DOCUMENTAÇÃO ANEXA A PRESENTE SOLICITAÇÃO

(Será relacionada no momento do protocolo do recurso.)

01 – Projeto ratificado conforme orientação técnica devidamente assinado.

02 – Elementos Contábeis que comprovam a solvência da Associação

03 – Documento de Utilidade Pública devidamente publicado

Ressalta-se que as informações ora apresentadas não constituem inovação do conteúdo do Projeto, mas apenas esclarecimento e melhor sistematização de elementos já constantes da proposta e da documentação encaminhada.

DIANTE DAS FUNDAMENTAÇÕES APRESENTADAS, REQUER-SE:

1. A reanálise técnica dos itens questionados;
2. O reconhecimento do atendimento aos critérios previstos no edital;
3. A atribuição das pontuações correspondentes;
- 4. A revisão da decisão de desclassificação;**
5. A reclassificação do Projeto de Negócio da ASSORBI no âmbito do Edital nº 01/2025 do Programa COOPERA Paraná.

Termos em que,
Pede deferimento.

Local, 27 de fevereiro de 2026.

Fabio da Fonseca Nunis
Presidente – ASSORBI
CPF nº 046.811.559-50